

**SORRI BAURU**  
**CNPJ: 47.641.907/0001-01**



---

**SORRI - BAURU**

**CNPJ: 47.641.907/0001-01**

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos  
Auditores Independentes**

**31 de dezembro de 2021 e 2020**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A

Diretoria da  
**SORRI BAURU**

### **Bauru (SP)**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sorri Bauru (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para entidades sem finalidade de lucros

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru, 23 de março de 2021.

**AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC 2 SP 036851 /0-2

**Elizeu de Azevedo**

Contador - CRC 1SP076962/0-9



**SORRI BAURU**  
 CNPJ 47.641.907/0001-01  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	4	597.731	1.757	Fornecedores		380.153	380.237
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	4	6.782.101	5.505.430	Obrigações Trabalhistas	8	1.358.846	1.094.940
Faturas a Receber	5	47.839	211.526	Obrigações Fiscais e Sociais	9	635.257	487.181
Convênios a Receber		257.564	-	Convênios a Realizar	10	7.039.664	5.505.426
Adiantamentos		-	44.908	Empréstimos e Financiamentos CP		113.876	-
Estoques	6	925.049	594.902	Adiantamento de Clientes		-	61.035
Despesas Antecipadas		3.250	4.642			<b>9.527.796</b>	<b>7.528.818</b>
		<b>8.613.534</b>	<b>6.363.163</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>7</b>	<b>3.844.941</b>	<b>3.719.010</b>	Contingências	11	-	40.000
Imobilizado sem restrição	7.1	5.717.505	6.466.795	Empréstimos e Financiamentos LP		102.791	-
(-) Depreciação Acumulada sem restrição	7.1	(2.911.778)	(2.747.785)	Receitas Diferidas	12	1.039.213	667.698
Imobilizado com restrição	7.2	1.093.702	-			<b>1.142.004</b>	<b>707.698</b>
(-) Depreciação Acumulada com restrição	7.2	(54.489)	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Intangível Líquido</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	Patrimônio Social	13	1.842.283	1.972.764
Intangível		819	819	Déficit do Exercício	13	(53.602)	(127.100)
(-) Amortização Acumulada		(812)	(812)		13	<b>1.788.681</b>	<b>1.845.664</b>
		<b>3.844.947</b>	<b>3.719.017</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.458.481</b>	<b>10.082.180</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.458.481</b>	<b>10.082.180</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2021.

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>23.554.346</b>	<b>21.753.769</b>
Recursos de Convênios	14	20.317.358	19.468.220
Receitas com Produtos e Serviços	15	2.600.145	1.667.340
Receitas com Doações e Contribuições		487.545	517.922
Receitas com Promoções e Eventos		149.298	100.287
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>23.554.346</b>	<b>21.753.769</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(27.125.207)</b>	<b>(22.894.357)</b>
Custos dos Produtos e Serviços Próprios		(6.807.849)	(3.426.137)
Custos com Execução de Convênios	16	(20.317.358)	(19.468.220)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(3.570.860)</b>	<b>(1.140.588)</b>
<b>DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas Gerais e Administrativas		(467.200)	(269.293)
Outras receitas operacionais		268.721	238.134
Financeiras Líquidas		(3.945)	(22.419)
Receitas com Trabalho Voluntário	18	41.548	28.515
Isenções Previdenciárias Usufruídas	19	3.678.135	1.038.550
		<b>3.517.259</b>	<b>1.013.488</b>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	13	<b>(53.602)</b>	<b>(127.100)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2021.

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.278.193</b>	<b>(305.429)</b>	<b>1.972.764</b>
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(305.429)	305.429	-
Déficit do Exercício Corrente - 2020	-	(127.100)	(127.100)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>1.972.764</b>	<b>(127.100)</b>	<b>1.845.664</b>
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(127.100)	127.100	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.382)	-	(3.382)
Déficit do Exercício Corrente - 2021	-	(53.602)	(53.602)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>1.842.283</b>	<b>(53.602)</b>	<b>1.788.681</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2021.

**SORRI BAURU**  
CNPJ 47.641.907/0001-01  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(valores expressos em reais)

Método Indireto	2021	2020
<b>1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do Exercício	(53.602)	(127.100)
Depreciação	203.942	178.168
Contingências	(40.000)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.382)	-
Receitas Diferidas	371.515	(3.519)
(=) Resultado Ajustado	478.474	47.549
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Faturas a Receber	163.686	-
Convênios a Receber	(257.564)	(180.628)
Adiantamentos	44.908	(44.908)
Estoques	(330.147)	(30.087)
Despesas Antecipadas	1.391	(397)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	(377.726)	(256.020)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(84)	235.135
Obrigações Trabalhistas	263.907	84.591
Obrigações Fiscais e Sociais	148.076	(88.778)
Convênios a Realizar	1.534.239	1.359.449
Adiantamento de Clientes	(61.035)	30.137
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	1.885.102	1.620.534
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)</b>	<b>1.985.851</b>	<b>1.412.064</b>
<b>2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Aquisição do Imobilizado	(337.389)	(127.924)
Baixas do Imobilizado	815	32.065
Ajuste do Imobilizado	6.702	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(329.872)</b>	<b>(95.859)</b>
<b>3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Empréstimos e Financiamentos	216.667	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>216.667</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)</b>	<b>1.872.645</b>	<b>1.316.204</b>
<b>SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.507.187</b>	<b>4.190.983</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>1.872.645</b>	<b>1.316.204</b>
<b>SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.379.832</b>	<b>5.507.187</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2021.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

---

**(valores expressos em reais)**

### **1. Contexto Operacional**

A SORRI Bauru (“Entidade”), com sede na Avenida Nações Unidas no 53-40 – Jardim Colonial – Bauru/SP iniciou suas atividades em 1976, como entidade privada sob forma de organização social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a realização de ações dirigidas à promoção da saúde, assistência, ensino, educação, esporte, cultura, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, atuando também em regime de parceria com pessoas, grupos, empresas privadas, órgãos governamentais, não governamentais e associações congêneres, para favorecimento do desenvolvimento pessoal, integração social e profissional, de pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual, social, com necessidades educacionais especiais e do portador de hanseníase, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso visando sua emancipação.

Em 31 de março de 2010, o Decreto nº 53.375/08 qualificou a Sorri Bauru como organização social da área da saúde. Sua missão é promover os direitos humanos com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

As atividades da Entidade são suportadas financeiramente por meio de convênios firmados com os governos federais, estaduais e municipais, parcerias com organizações particulares, órgão oficiais estatais, nacionais ou internacionais.

Em 06 de outubro de 1977, foi declarada como Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.030.

A Utilidade pública estadual foi declarada pela Lei nº 2.686 de 30 de dezembro de 1980.

A Portaria SAS/MS nº 733 de 02 julho de 2013, habilitou a Sorri Bauru como Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica (CER III), que faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos nº 167 a nº 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma organização social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

### **Efeitos da Pandemia de COVID-19 em 2021**

Em um ano totalmente atípico a instituição seguiu buscando maneiras de se reinventar e se adequar à nova realidade atuou junto aos seus profissionais buscando motivar a capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional por meio de cursos online e treinamentos no próprio serviço como por exemplo:

- Adequação ambiental instalação de lavatórios nas entradas dos prédios do centro de reabilitação e unidades de saúde da família.

- Novos procedimentos de biossegurança utilização de novos equipamentos de proteção individual (EPIs), atualização dos procedimentos e produtos para limpeza e desinfecção ambiental, triagem dos usuários e profissionais na entrada, com medição de temperatura e verificação de sinais e sintomas gripais, fornecimento de máscaras de tecido aos usuários disponibilização de álcool gel em todas as dependências, adequação do acesso ao refeitório entre outros.
- Treinamento da equipe para utilização dos EPIs e novos procedimentos.
- Adequação nas formas de atendimento no centro de reabilitação tele atendimentos, atendimentos individualizados e domiciliares.

Toda essa adequação foi fundamental à situação de pandemia para manter todos os atendimentos aos usuários e famílias e manutenção dos empregos.

## **2. Base de Preparação**

### **a) Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

### **b) Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real.

### **d) Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa no 3.a – Instrumentos Financeiros;
- Nota Explicativa no 3.d – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa no 12 – Provisão para contingências;

### **3. Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a. Instrumentos Financeiros**

##### **Ativos e passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade estorna um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

##### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

##### **Recursos vinculados a projetos**

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

##### **Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte

das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

#### **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.**

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

#### **Riscos associados**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

#### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de

garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

### **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos são registrados da seguinte forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC07 (R1):

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício;
- Aquisição de bens: quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados);
- Rendimentos de aplicações contábeis: quando ocorre o rendimento de aplicações contábeis de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos no passivo circulante.
- Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos projetos são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventuais superávits ou déficits apurados pela Entidade corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo esses valores imateriais nas operações da Entidade.

### **c. Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

### **d. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

## Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	03

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **e. Redução ao valor recuperável – impairment**

#### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

## **f. Benefícios a empregados**

### **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

### **g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### **h. Obrigações Fiscais e Sociais**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos no 167 a no 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto no 3.000 de 26/03/99 e Artigo no 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

### **i. Aspectos ambientais**

As instalações da Entidade são sujeitas às regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### **j. Determinação do Valor Justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

#### Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios. Maiores detalhes sobre os projetos estão detalhados na Nota 11.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2021	2020
<b>Recursos Sem Restrição</b>	<b>597.731</b>	<b>1.757</b>
Caixa	342	281
Conta Corrente - Sem Restrição	253	438
Aplicações - Sem Restrição	597.135	1.037
<b>Recursos Com Restrição</b>	<b>6.782.101</b>	<b>5.505.430</b>
Conta Corrente - Com Restrição	9.674	3.046
Aplicações - Com Restrição	6.772.427	5.502.384
<b>Total de Recursos</b>	<b>7.379.832</b>	<b>5.507.187</b>

#### 5. Faturas a Receber

Refere-se aos valores de serviços prestados e produtos vendidos para convênios com empresas, pessoas jurídicas e pessoas físicas e serão recebidos pela Entidade conforme os respectivos vencimentos.

	2021	2020
Convênio Unimed Bauru	-	110.450
Faturas Pessoa Física	3.074	69.203
Faturas Pessoa Jurídica	44.765	31.873
<b>Total</b>	<b>47.839</b>	<b>211.526</b>

#### 6. Estoques

	2021	2020
Materiais de Uso e Consumo	323.505	368.840
Estesiômetro	506.587	138.246
Materiais para Reabilitação	9.786	49.553
Materiais de Ortopedia	60.832	19.904
Matéria Prima - Estesiômetro	24.338	18.358
<b>Total</b>	<b>925.049</b>	<b>594.902</b>

## 7. Imobilizado

### 7.1 Imobilizado Recurso Próprio

Imobilizado - Recurso Próprio	Saldo 2020	Aquisições	Baixas	Ajustes	Saldo 2021
Computadores e Periféricos	299.592	-	(849)	-	298.743
Edificações	3.378.535	-	-	-	3.378.535
Equipamentos de Reabilitação	239.608	-	-	-	239.608
Ferramentas e Acessórios	24.210	-	-	-	24.210
Instalações	5.400	-	-	-	5.400
Máquinas e Equipamentos	263.558	-	-	-	263.558
Móveis e Utensílios	891.504	4.876	(4.524)	-	891.856
Terrenos	428.695	-	-	-	428.695
Veículos	183.892	-	-	-	183.892
Outros Veículos	3.008	-	-	-	3.008
<b>Total Imobilizado</b>	<b>5.718.002</b>	<b>4.876</b>	<b>(5.373)</b>	<b>-</b>	<b>5.717.505</b>

(-) Depreciação Imobilizado - Recurso Próprio	Saldo 2020	Depreciação	Baixas	Ajustes	Saldo 2021
(-) Edificações	(1.401.019)	(49.113)	-	-	(1.450.132)
(-) Equipamentos de Reabilitação	(160.709)	(15.728)	-	-	(176.438)
(-) Ferramentas e Acessórios	(21.462)	(772)	-	-	(22.234)
(-) Móveis e Utensílios	(584.531)	(72.389)	3.713	-	(653.207)
(-) Máquinas e Equipamentos	(176.587)	(12.700)	-	-	(189.288)
(-) Instalações	(5.385)	-	-	-	(5.385)
(-) Computadores e Periféricos	(251.787)	(1.599)	845	-	(252.541)
(-) Veículos	(146.303)	(16.249)	-	-	(162.553)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(2.747.785)</b>	<b>(168.551)</b>	<b>4.558</b>	<b>-</b>	<b>(2.911.778)</b>

<b>Saldo Líquido - Recurso Próprio</b>	<b>2.970.217</b>	<b>(163.675)</b>	<b>(815)</b>	<b>-</b>	<b>2.805.728</b>
--	------------------	------------------	--------------	----------	------------------

### 7.2 Imobilizado Com Restrição

Imobilizado - Com Restrição	Saldo 2020	Aquisições	Baixas	Ajustes	Saldo 2021
Imobilizado em Andamento	565.975	-	-	-	565.975
Móveis e Utensílios AUX	62.127	-	-	1.703	63.830
Equipamentos de Reabilitação AUX	38.625	-	-	6.375	45.000
Computadores e Periféricos AUX	82.067	-	-	4.318	86.384
Móveis e Utensílios SISCONV	-	22.190	-	-	22.190
Máquinas e Equipamentos SISCONV	-	291.773	-	-	291.773
Computadores e Periféricos SISCONV	-	18.550	-	-	18.550
<b>Total Imobilizado</b>	<b>748.793</b>	<b>332.513</b>	<b>-</b>	<b>12.396</b>	<b>1.093.702</b>

(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição	Saldo 2020	Depreciação	Baixas	Ajustes	Saldo 2021
(-) Móveis e Utensílios AUX	-	(4.748)	-	(2.911)	(7.659)
(-) Computadores e Periféricos AUX	-	(16.867)	-	(7.562)	(24.428)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	-	(4.500)	-	(8.625)	(13.125)
(-) Móveis e Utensílios SISCONV	-	(685)	-	-	(685)
(-) Máquinas e Equipamentos SISCONV	-	(7.355)	-	-	(7.355)
(-) Computadores e Periféricos SISCONV	-	(1.237)	-	-	(1.237)
<b>Total Depreciação</b>	<b>-</b>	<b>(35.391)</b>	<b>-</b>	<b>(19.098)</b>	<b>(54.489)</b>

<b>Saldo Líquido - Com Restrição</b>	<b>748.793</b>				<b>1.039.213</b>
--------------------------------------	----------------	--	--	--	------------------

<b>Saldo Líquido Imobilizado</b>	<b>3.719.010</b>				<b>3.844.941</b>
----------------------------------	------------------	--	--	--	------------------

## 8. Obrigações Trabalhistas

Correspondem aos valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, provisão de férias.

	2021	2020
Salários a Pagar	939.741	824.162
Férias a Pagar	416.723	270.777
Benefícios	2.382	-
<b>Total</b>	<b>1.358.846</b>	<b>1.094.940</b>

## 9. Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a fornecedores e demais encargos sociais que serão recolhidos em seus vencimentos.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
IRRF	386.599	222.301
FGTS	123.652	154.864
INSS	111.830	98.820
ISS	1.166	-
Contribuições	12.009	11.196
<b>Total</b>	<b>635.257</b>	<b>487.181</b>

## 10. Convênios a Realizar

Apresentamos a seguir os projetos em andamento para os quais os recursos estão disponíveis, valores esses apresentados no passivo circulante da Entidade. São registradas nesse subgrupo, na rubrica denominada Convênios a Realizar, as diferenças entre os valores recebidos referentes aos convênios para custeio e investimentos e as despesas já realizadas pela Entidade.

Os valores apresentando em Convênios a aplicar representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência à medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3.b, o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Convênios Municipais</b>	<b>5.735.643</b>	<b>4.756.488</b>
Programa Saúde da Família	5.477.820	4.220.016
Projeto Educação	189	409.637
SEID Municipal	0	95.581
CER SUS	257.632	-
Equoterapia	2	31.253
<b>Convênios Estaduais</b>	<b>86.194</b>	<b>-</b>
Projeto Transformação	86.194	-
<b>Convênios Federais</b>	<b>1.186.822</b>	<b>690.596</b>
SICONV Projeto Pesquisa	340.217	685.836
SICONV Projeto Educação	14.705	-
PRONAS PcD	3.755	4.760
PRONAS Captação	824.178	-
SINCOV	3.965	-
Convênio - 777379/2012	2	-
<b>Convênios Específicos</b>	<b>31.004</b>	<b>58.342</b>
Projeto Quadra Tauste	1.518	42.424
Projeto Cuidar Mais	7	15.891
1ª Vara Federal	-	28
Projeto Coca Cola	2	-
Projeto Criança Esperança	29.477	-
<b>Total</b>	<b>7.039.664</b>	<b>5.505.426</b>

## 11. Contingências

A Entidade é parte, como polo passivo, em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Utiliza-se essa conta para registrar valores para cobrir eventuais perdas de pendências que estão sendo discutidas judicialmente e segundo o grau de risco de perda para a entidade, foi dado o respectivo tratamento contábil, tal como exige a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Perda provável = efetua-se lançamento contábil da provisão;
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa;
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa.

Conforme informações do setor jurídico, em 31/12/2021, o valor estimado para liquidação dos processos judiciais classificados como Provável e Possível, estão assim detalhados:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Total PROVÁVEL - Contabilizado</b>	-	<b>40.000</b>
Trabalhista	-	40.000
<b>Total POSSÍVEL - Divulgado</b>	<b>126.615</b>	-
Trabalhista	15.384	-
Cível	111.230	

## 12. Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem. Desta forma, a Entidade reconhecerá mensalmente como receita de subvenções em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado respectivo, que no exercício de 2021 foi de R\$ 35.391, restando um saldo de R\$ 1.039.213 a ser reconhecido em exercícios subsequentes.

<b>Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>Saldo 2020</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldo 2021</b>
Imobilizado em Andamento	565.975	-	-	-	565.975
Móveis e Utensílios AUX	62.127	-	-	1.703	63.830
Equipamentos de Reabilitação AUX	38.625	-	-	6.375	45.000
Computadores e Periféricos AUX	82.067	-	-	4.318	86.384
Móveis e Utensílios SISCONV	-	22.190	-	-	22.190
Máquinas e Equipamentos SISCONV	-	291.773	-	-	291.773
Computadores e Periféricos SISCONV	-	18.550	-	-	18.550
<b>Total Imobilizado</b>	<b>748.793</b>	<b>332.513</b>	-	<b>12.396</b>	<b>1.093.702</b>

<b>(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>Saldo 2020</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldo 2021</b>
(-) Móveis e Utensílios AUX	-	(4.748)	-	(2.911)	(7.659)
(-) Computadores e Periféricos AUX	-	(16.867)	-	(7.562)	(24.428)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	-	(4.500)	-	(8.625)	(13.125)
(-) Móveis e Utensílios SISCONV	-	(685)	-	-	(685)
(-) Máquinas e Equipamentos SISCONV	-	(7.355)	-	-	(7.355)
(-) Computadores e Periféricos SISCONV	-	(1.237)	-	-	(1.237)
<b>Total Depreciação</b>	-	<b>(35.391)</b>	-	<b>(19.098)</b>	<b>(54.489)</b>

<b>Saldo Líquido - Com Restrição</b>	<b>748.793</b>				<b>1.039.213</b>
--------------------------------------	----------------	--	--	--	------------------

### 13. Patrimônio Líquido e Déficit do Exercício

O Patrimônio Líquido da SORRI Bauru foi formado pelas doações recebidas acrescidos os déficits e superávits acumulados que são integralizados anualmente após o encerramento do exercício e aprovação pelo Conselho Fiscal da Entidade. O déficit do exercício de 2021 no valor de R\$ 53.602, será integralizado após sua aprovação, com isso a Entidade conta com um Patrimônio Líquido estimado em R\$ 1.788.681.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o Patrimônio Líquido remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

A Entidade não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores quaisquer eventuais excedentes operacionais anuais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

### 14. Recursos de Convênios

	2021	2020
Recursos PSF	10.636.604	10.211.242
Programa CER SUS	4.516.448	4.755.535
Programa Educação	3.270.919	2.794.454
Programa SEID Municipal	1.301.375	1.205.068
Convênio PRONAS	398.301	496.546
Programa Equoterapia	61.115	5.375
Transformação 2	132.596	-
<b>Total</b>	<b>20.317.358</b>	<b>19.468.220</b>

### 15. Receitas com Produtos e Serviços

Em 2019 a SORRI firmou parceria com o convênio médico Unimed para atendimentos particulares dos conveniados, isso resultou em um aumento considerável nos atendimentos da entidade, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Venda de Produtos	1.062.629	968.475
Atendimentos Unimed	1.508.708	631.317
Demais Atendimentos	28.809	67.548
<b>Total</b>	<b>2.600.145</b>	<b>1.667.340</b>

### 16. Custos com Execução de Convênios

	2021	2020
Projeto SICONV	(9.276)	-
Projeto PSF	(10.636.604)	(9.210.050)
Projeto CER SUS	(4.516.448)	(6.736.701)
Execução Projeto Educação	(3.270.919)	(1.688.110)
Projeto SEID Municipal	(1.301.375)	(1.330.751)
Projeto PRONAS Bebês	(366.109)	(496.546)
Projeto Equoterapia	(61.115)	(5.375)
Projetos Específicos	(155.511)	(686)
<b>Total</b>	<b>(20.317.358)</b>	<b>(19.468.220)</b>

### **17. Gratuidade**

Considerando a promulgação da Lei no 12.101 em 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda de acordo com o Decreto no 7.237 de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da assistência social e/ou educação e/ou saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

A Sorri Bauru assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

A Sorri Bauru em conformidade com os convênios firmados, parcerias e recursos próprios encerra o exercício de 2021 com 4.388 usuários e sendo 117.979 atendimentos, onde focou medidas para melhorar a acessibilidade e igualdade de oportunidades, promover a participação e inclusão e elevar o respeito pela autonomia e dignidade das pessoas com deficiência nas esferas da Saúde, educação e Assistência.

### **18. Receitas com Trabalho Voluntário**

Conforme Resolução CFC no 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Voluntários Administrativo	41.548	28.515
<b>Total</b>	<b>41.548</b>	<b>28.515</b>

### **19. Isenções Previdenciárias Usufruídas**

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e a Portaria 834/16 – Ministério da Saúde, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2021, como se devido fosse:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
INSS - Cota Patronal Usufruída	3.678.135	1.038.550
<b>Total</b>	<b>3.678.135</b>	<b>1.038.550</b>

### **20. PROJETO “BEBÊS PREMATUROS: PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO EMOCIONAL ÀS MÃES”**

Em 2018 a Entidade realizou contrato de prestação de serviço da Portaria SE/MS nº 609/2017 referente ao PROJETO “BEBÊS PREMATUROS: PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO EMOCIONAL ÀS MÃES”, sendo que em 26.01.2018 foi liberado o

valor de R\$ 1.974.000, onde parte desses recursos foram utilizados em 2021, no montante de R\$ R\$ 366.109 do valor pactuado.

Portanto, em 31.12.2021 a Entidade mantém sob custódia o valor de R\$ 340.216,98 a ser utilizado em períodos subsequentes, sendo que o projeto tem validade de 36 meses da data de assinatura do contrato, os valores sob custódia da Entidade contemplam rendimentos de aplicações financeiras e a contabilização foi realizada de acordo com a NBC TG 07 que dispõe sobre a contabilização das Subvenções.

Portanto, conforme apresentado na nota explicativa 16, o valor registrado de despesa é igual ao valor da prestação de conta, conforme desembolso financeiro, sendo que os demais valores mantem registrado no ativo como bens e direitos e no passivo como obrigação a pagar, por conta da obrigatoriedade de prestação de conta sobre os valores recebidos de órgão públicos, demonstrado em nota explicativa 10.

### **21. Cobertura de Seguros**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

### **22. Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

### **23. Outras Informações**

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Bauru, 31 de dezembro de 2021.

**Maria Elisabete Nardi**  
**Diretora Executiva**  
**CPF: 046.037.898-82**

**Lawrence Ferreira Faustino**  
**Contador**  
**CRC: 1SP-256101/O-8**